

EXPERIÊNCIAS RECENTES E OS DESAFIOS DO NORDESTE: A EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.

João Policarpo Rodrigues Lima¹

Renata de Melo Caldas²

RESUMO

O artigo tem o objetivo de analisar a evolução da economia nordestina, principalmente no que se refere à infraestrutura e à concentração de renda, levantando aspectos históricos, porém enfatizando os anos mais recentes. Busca-se também compreender alguns novos desafios que a região vem enfrentando. Serão utilizados dados de diversas fontes, dentre os quais destacam-se dados de emprego, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); dados referentes aos programas de transferência de renda do Governo Federal, fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); dados sobre renda, coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre outros. Além de análises descritivas, a metodologia será baseada no cálculo do Índice de Gini (G), que direciona a questão da concentração da renda. Espera-se, portanto, contribuir para o debate sobre desigualdades regionais, especialmente no que se refere à desigualdade de renda e à carência em infraestrutura no Nordeste e, de certa forma, ajudar a identificar áreas de atuação prioritárias para elaboração de políticas públicas para a manutenção do dinamismo econômico que a região apresenta atualmente de maneira que possa abandonar de vez o peso de ser a região mais problemática do país.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Econômico, Desigualdade de renda, Infraestrutura, Nordeste, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the evolution of Northeastern economy, mainly on infrastructure and income concentration. It also seeks to understand some new challenges the region is facing in terms of factors that lead to growth and their limitations, such as minimum wages and public transfers for the region. In this sense the paper intends to contribute for the debate about regional imbalances, especially on income distribution and infrastructure demands, pointing to priorities on public policies for regional development.

Key-words: Economic development; Income inequality; Infrastructure;

1. Introdução

Um dos momentos marcantes para a formação do espaço econômico nacional foi, como aponta Lima (2005), o da montagem da indústria pesada, após a segunda metade dos anos 1950. Segundo o autor, a Região Metropolitana de São Paulo foi o espaço privilegiado, com suporte estratégico e decisivo do Estado. A concentração espacial, intensificada durante esse período, moldou a formação econômica das regiões e acentuou o que hoje é um dos maiores problemas que o país tem enfrentado: as desigualdades regionais.

¹ Professor Titular do Departamento de Economia PIMES/UFPE e pesquisador do CNPq. jprlima@ufpe.br

² Doutoranda em Economia pelo PIMES/UFPE e bolsista do CNPq. renatamcaldas@gmail.com

Nos anos 1980, o modelo de substituição de importações passou por um processo de fadiga, de acordo com Lima (2005), quando a dívida externa e a sua manifestação interna, consubstanciada no elevado endividamento do setor público, levou a uma crise principalmente dos investimentos, notadamente na infraestrutura. Por sua vez, a queda no volume de investimentos em infraestrutura nas últimas décadas, associada às demais mudanças trazidas pelo processo de abertura econômica, segundo Domingues, Viana e Oliveira (2007), reforçou as assimetrias regionais em termos econômicos e sociais. Estes autores também acreditam que as carências no investimento em infraestrutura parecem acentuar as condições de continuidade das desigualdades sociais e espaciais, que se manifestaram de forma intra e inter-regionais na economia brasileira.

Os anos 1990, marcados pela abertura comercial e pelas reformas liberais, presenciaram transformações estruturais no modelo de desenvolvimento, agora associado a uma maior competição, afetando, principalmente, o padrão tecnológico, o papel do Estado, o nível absoluto e o coeficiente de importações, o mercado de trabalho e o volume de empregos gerados. No novo ambiente, observam-se reestruturações produtivas em setores diversos da indústria que levaram à menor diversificação de segmentos e de linhas de produtos, não compensadas nos segmentos remanescentes.

Disso resultou uma estrutura produtiva com maior produtividade e mais competitiva, porém com maior participação de componentes importados, com menor volume de emprego e maior dependência tecnológica e do financiamento externo e maior índice de desnacionalização. Do ponto de vista macroeconômico tal modelo levou à maior vulnerabilidade em relação aos fluxos internacionais de capitais e a uma ampliação exponencial da dívida pública interna, exigindo elevados superávits primários para a continuidade de seu financiamento pelo setor privado. Paralelamente, observou-se a redução da capacidade de intervenção do Estado, a privatização e a desregulamentação de atividades econômicas. Com isso, aprofunda-se a fragilidade do Estado e este perde fôlego e capacidade de influir no desenvolvimento como agente direto e indireto de investimentos. Investimentos que podem ser instrumento importante para a redução das desigualdades regionais, diga-se, caso sejam assim destinados.

Do ponto de vista das regiões, a globalização e abertura da economia brasileira implicaram em algumas mudanças significativas. Com a necessidade de reestruturação e de redução de custos, atividades mais intensivas em mão-de-obra foram deslocadas para regiões onde os salários eram menores, como no caso das indústrias têxtil/confecções e de calçados, que tiveram parte significativa de suas atividades levadas para o Nordeste. Além dos menores custos salariais, deve-se ter em mente que também concorreram para essas transferências incentivos fiscais oferecidos pelos governos estaduais, a chamada “guerra fiscal”, o que ajudou a atrair vários projetos industriais para os estados nordestinos nesses e em outros setores de atividades, intensivos em mão-de-obra ou não.

Paralelamente, investimentos em infraestrutura de transportes e comunicações facilitam o desenvolvimento de novas atividades produtivas no Nordeste, que passou a apresentar, nos últimos anos, crescimento acima da média nacional.

Tendo em vista estes fatos, a presente pesquisa se propôs a analisar a evolução mais recente da economia nordestina, principalmente no que se refere à infraestrutura e à concentração de renda, e apontar possíveis alternativas de políticas públicas de fomento para a mesma. Isto será feito através de um levantamento de aspectos históricos da economia da região que justifiquem o atraso desta comparativamente às demais regiões, tanto com relação à infraestrutura quanto à desigualdade de renda. A partir daí será desenvolvido um panorama geral da recente economia nordestina, fazendo um comparativo com o Brasil e demais regiões.

Além desta introdução, o presente trabalho possui mais cinco seções. A seção 2 faz uma análise de como têm se comportado alguns indicadores socioeconômicos da economia nordestina nos últimos anos. A seção 3 apresenta a metodologia proposta, com detalhes sobre o índice de Gini. A seção seguinte aponta para os principais resultados encontrados referentes à questão da infraestrutura, enquanto a seção cinco mostra os resultados para o problema da desigualdade de renda. A seção seis apresenta as principais conclusões.

2. Evolução recente de indicadores econômicos no Nordeste

A despeito da perda de certas atividades econômicas, após a abertura comercial, essa mudança na estrutura econômica nacional e regional de alguma forma gerou alterações positivas em alguns segmentos econômicos, notadamente com as exportações, nos anos subsequentes³. Ao longo dos anos 2000, os dados do comércio exterior nordestino apresentam avanços, em sintonia com a melhora nos dados do comércio exterior do Brasil. Note-se que o fluxo de comércio total no Nordeste, a soma das exportações e das importações, apresentou um crescimento de 290% entre 1998 e 2008 (Lins, Lima e Gatto, 2011). Esse crescimento associa-se tanto a fatores mais gerais como a valorização das *commodities*, quanto à maior participação de novos setores industriais, automóveis, por exemplo, e de novos bens agrícolas. Um fato limitante, entretanto, permanece nos anos 2000: a maior parte das exportações é de responsabilidade de apenas quatro estados nordestinos, ou seja, Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco concentram cerca de 90% da pauta total de exportações do Nordeste, como pode ser visto na Tabela 1. Além disso, mesmo os principais estados exportadores do Nordeste mostram uma pauta ainda muito concentrada e com perfil predominante em bens intermediários e agrícolas.

³ O crescimento das exportações no período tem a ver com a maior competitividade, mas também com a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional, na conta do chamado “efeito China”.

Nos anos mais recentes, o que se pode perceber é a maior dinâmica da economia brasileira, especialmente da economia nordestina, mesmo diante de crises globais, como a que se iniciou em 2008 nos Estados Unidos. O produto interno do Nordeste vem crescendo à taxas superiores às nacionais, o que sugere uma certa independência dessa região, quando comparada a anos anteriores. Déda (2011) destaca este fato informando que entre 1992 e 2009, a renda per capita do Nordeste subiu 84%, taxa esta que foi superior ao crescimento de 59% verificado na renda per capita do Brasil no mesmo período, de acordo com a PNAD 2009. Nesse contexto, o Nordeste, de fato, vem crescendo significativamente, atraindo investimentos, desenvolvendo o mercado turístico, reduzindo níveis de desigualdade de renda, seja através das políticas de transferências diretas de renda ou mesmo da melhora nos níveis de emprego, entre outros.

Tabela 1 - Nordeste: Exportações de estados selecionados - 1998-2008 (em mil US\$)

Ano	Bahia	Maranhão	Ceará	Pernambuco	Nordeste
1998	1.829.457,00	635.918,00	355.246,00	362.257,00	3.720.487,31
1999	1.581.213,00	662.962,00	371.234,00	265.888,00	3.355.507,18
2000	1.943.780,00	758.246,00	495.339,00	284.248,00	4.026.159,39
2001	2.121.868,00	544.348,00	527.668,00	335.462,00	4.187.783,45
2002	2.412.278,00	652.387,00	545.023,00	319.996,00	4.655.569,35
2003	3.260.882,00	739.801,00	762.603,00	411.137,00	6.112.113,03
2004	4.066.376,00	1.231.094,00	861.568,00	517.549,00	8.043.627,06
2005	5.989.259,00	1.501.053,00	933.589,00	786.051,00	10.561.142,56
2006	6.773.299,00	1.712.702,00	961.874,00	781.046,00	11.629.127,64
2007	7.408.729,00	2.177.155,00	1.148.357,00	870.557,00	13.086.245,06
2008	8.698.663,00	2.836.303,00	1.276.970,00	937.633,00	15.451.506,64

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Aliceweb (2009), Apud Fontenele e Melo, 2009.

Esse maior crescimento da renda associa-se ao crescimento do emprego cuja dinâmica mostrou-se mais forte no Nordeste que no Brasil como um todo entre 1999 e 2009: de acordo com a RAIS, a região passou de um total de 4.181.752 empregos formais para 7.422.186, ou seja, um crescimento de 77,5% entre os dois anos mencionados (no Brasil os empregos formais passam de 24.993.265 para 41.207.546, ou seja, 64,9% a mais). No Nordeste, os subsetores que mais empregam são: administração pública direta e autárquica; comércio varejista; os serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção, a indústria de alimentos e bebidas e a construção civil. A dinâmica do emprego indica que o crescimento no Nordeste abriu novas frentes e para uma maior diversificação, tendo sido maior na indústria de material de transporte (301,7%),

possivelmente devido à instalação de uma montadora de automóveis em Camaçari; na indústria mecânica (241,1%), seguidos pela Indústria de calçados, comércio atacadista, comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, construção civil, extração mineral, comércio varejista e a indústria metalúrgica, com crescimento variando entre 100% e 200%.

Do lado dos indicadores socioeconômicos, observa-se no Nordeste uma evolução positiva, embora lenta e aquém do desejável, ou seja, ainda distantes das médias nacionais, (Lima, 2005), o que pode ser atribuído às políticas regionais desenvolvidas pela SUDENE e aos movimentos mais recentes comentados acima. Segundo Domingues, Viana e Oliveira (2007), a tendência positiva do PIB da região está em grande medida associada aos gastos estaduais em infraestrutura e indiretamente pelos incentivos fiscais locais visando atrair empresas. Lima (2005) observa ainda que, ao longo do período 1960 a 1999, a economia da Região alterou-se estruturalmente, reduzindo bastante o peso relativo das atividades agropecuárias e crescendo significativamente a participação da indústria e dos serviços.

Tabela 2 - Vínculos empregatícios no Brasil e Nordeste no período de 1999 a 2009

País Região	1999	2001	2003	2005	2007	2009	Variação (%) 1999-2009
Brasil	24.993.265	27.189.614	29.544.927	33.238.617	37.607.430	41.207.546	64,90%
Nordeste	4.181.752	4.555.019	5.095.390	5.808.590	6.567.837	7.422.186	77,50%

Fonte: Elaboração Própria. Dados da RAIS-MTE.

Aliado a isso, pode-se também colocar em pauta a evolução da desigualdade de renda do Nordeste que, embora ainda esteja em patamares indesejáveis, tem diminuído de forma significativa, de modo que esta já não é mais considerada a região mais desigual do país, que agora passa a ser o Centro-Oeste. O Brasil que foi, há alguns anos, considerado o país mais desigual do mundo, vem apresentando um ritmo de queda no coeficiente de Gini superior ao de países da OCDE, segundo Soares (2008).

No entanto, ainda existem muitos aspectos a serem melhorados. A questão educacional, por exemplo, deve ser tratada como estratégica para o enfrentamento das desigualdades de renda na região, como já foi abordado em vários estudos econômicos. Persistem, por outro lado, traços estruturais desafiantes como a elevada desigualdade na estrutura fundiária e a concentração da indústria na faixa mais próxima ao litoral dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará (Carvalho, 2008).

Note-se que para a melhoria na distribuição de renda, acima aludida, pelo menos no curto prazo, têm contribuído as políticas de transferências de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada.

A Tabela 3 oferece dados referentes ao PBF, programa de transferência do Governo Federal que atinge maior número de pessoas, tanto com relação ao número de famílias beneficiadas quanto o valor total transferido para as mesmas, entre os anos 2006 e 2008. Percebe-se que o Nordeste é a região que recebe em média a metade do valor total repassado pelo governo durante os três anos, seguida pela região Sudeste, que recebe em média 23% do valor transferido. Cabe ressaltar ainda que, apesar do elevado volume populacional do Sudeste, a proporção de pessoas beneficiárias do programa nessa região é substancialmente inferior à do Nordeste, o que é reflexo da menor proporção de população abaixo da chamada linha de pobreza naquela região.

**Tabela 3 - Programa Bolsa Família (PBF) - Dados para as Regiões Brasileiras –
2006 a 2008**

	2006		2007		2008	
Regiões	Número de famílias beneficiadas	Valor total dos benefícios em Dezembro.	Número de famílias beneficiadas	Valor total dos benefícios em Dezembro.	Número de famílias beneficiadas	Valor total dos benefícios em Dezembro.
Centro-Oeste	593.207	32.887.129,00	579.963	39.218.484,00	542.033	41.996.497,00
Norte	1.023.507	70.321.217,00	1.081.636	89.586.575,00	1.075.885	102.397.840,00
Nordeste	5.436.844	359.228.265,00	5.567.094	440.142.880,00	5.438.820	487.226.143,00
Sul	1.023.978	57.953.125,00	952.859	64.787.469,00	850.439	66.033.318,00
Sudeste	2.867.969	165.045.294,00	2.840.274	195.763.157,00	2.629.485	206.425.230,00
Brasil	10.945.505	685.435.030,00	11.021.826	829.498.565,00	10.536.662	904.079.028,00

Fonte: Elaboração própria. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nos anos mais recentes, o maior dinamismo observado na economia do Nordeste é, em boa parte, decorrente de fatores como o aumento real do salário mínimo e das transferências de renda através da previdência social. O crescimento do salário mínimo impacta sobremaneira no Nordeste onde há um maior contingente de trabalhadores com renda entre 1 e 2 salários mínimos, o que se soma com o relativamente elevado número de pessoas que recebem da previdência social rendimentos que também são corrigidos junto com o salário mínimo. Para isso também concorre a maior disponibilidade de crédito, seja via BNDES, facilitando investimentos, seja do crédito consignado, o que impacta favoravelmente sobre o consumo. No capítulo crédito deve-se ainda levar em conta o efeito positivo do micro-crédito, a exemplo do Programa Crediamigo do BNB, que tem possibilitado o surgimento e expansão de micro empreendimentos em grande número, ou seja,

cerca de quatro milhões de operações de crédito em seus primeiros dez anos de atuação, atendendo cerca de 770 mil clientes (Carvalho, 2008).

Com isso e mais os outros fatores que atraíram o investimento privado, o mercado consumidor nordestino tem apresentado uma dinâmica mais intensa que termina reforçando a atração de novos empreendimentos.

Os dados acima comentados indicam uma mudança no ritmo do crescimento da economia nordestina, cujos elementos norteadores localizam-se na expansão do consumo e do investimento. Mais fortemente do consumo, como resultado de políticas como a de elevação do salário mínimo, transferências governamentais de renda e de atração de empreendimentos com base em fatores como salários menores, disponibilidade de recursos naturais associadas com vantagens produtivas locais e ainda pela atuação das políticas estaduais de incentivos fiscais, a chamada guerra fiscal. O ponto a destacar nesse processo, é a relativa fragilidade desse crescimento, em vista dos limites postos pela política fiscal para a expansão das transferências e para a continuidade do crescimento do salário mínimo. Esses limites exigem uma maior preocupação por parte dos formuladores de políticas no sentido da criação de condições de maior competitividade, por exemplo, através de expansão do sistema regional de inovação e de maiores investimentos em infraestrutura econômica e social.

3. Metodologia

Antes de prosseguir, vale aqui esclarecer que para atingir os objetivos estabelecidos, a presente pesquisa foi desenvolvida utilizando dados de diversas fontes. Dentre os principais, destacam-se dados sobre renda e consumo, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dados referentes aos programas de transferência de renda do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre outros.

Os dados da RAIS permitem a identificação das principais tendências do emprego segundo setores, tamanho de empresas, remuneração, localização espacial etc., sendo, portanto, extremamente úteis para a caracterização dos novos espaços produtivos e da consolidação de importantes obras de infraestrutura, com a possibilidade de melhorar muito as condições de emprego e renda da região.

Para medir a evolução da desigualdade de renda no Nordeste será utilizado o coeficiente de Gini, a medida de desigualdade de renda mais comumente utilizada. Sua construção é baseada na chamada “curva de Lorenz”, a qual é obtida a partir da ordenação das pessoas de forma crescente segundo o seu nível de renda. A Figura 2 ilustra um exemplo da curva de Lorenz, relacionando a fração acumulada da renda (Φ) com a fração acumulada da população (p).

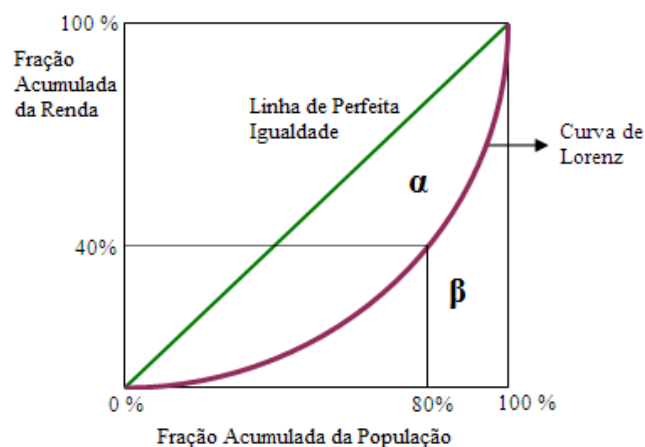


Figura 1 - Curva de Lorenz

O índice de Gini é a razão entre a área equivalente à diferença entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz e a área abaixo da curva de Lorenz, de modo que o Gini pode ser calculado como $G = \alpha / \alpha + \beta$. Quanto mais longe a linha de perfeita igualdade estiver da curva de Lorenz de uma distribuição, mais desigual ela será, e maior será o Gini. Conforme Hoffman (1998), o índice de Gini pode ser calculado como:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\varphi_i + \varphi_{1-i}) \quad (1)$$

Onde: G é o índice de Gini, n é o tamanho da amostra e φ é a razão da renda individual pela renda total da distribuição. O índice de Gini varia de zero (quando há perfeita igualdade na distribuição de renda) até um (quando há perfeita desigualdade na distribuição de renda).

4. Investimentos em Infraestrutura

Tendo em conta a importância reconhecida dos investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento, cabe aqui investigar se o patamar observado desses investimentos pode assegurar a sustentabilidade do crescimento em curso no Nordeste. Essa análise será feita a partir do exame dos dados sobre os gastos com infraestrutura, segmentados em oito setores. São eles: urbanismo, habitação, saneamento básico, gestão ambiental, comunicações, energia, ciência e tecnologia e transporte.

4.1. Gastos estaduais

Os dados disponíveis referentes aos gastos com infraestrutura ainda estão bastante defasados. Ainda assim, foi possível obter, para a maioria deles, informações até o ano de 2005. Dentre essas informações, está o valor gasto, em Reais, com Ciência e Tecnologia para cada um dos estados nordestinos.⁴

Tabela 4 - Gasto estadual com Ciência e Tecnologia (R\$)

Estado	2002	2003	2004	2005
Maranhão	8.101.236,37	20.423.646,89	6.556.256,12	11.076.563,93
Piauí	792.008,50	2.032.595,80	1.747.595,00	2.629.699,66
Ceará	15.639.605,00	34.608.261,00	49.177.522,00	69.288.217,00
Rio Grande do Norte	1.509.669,24	62.046,36	2.184.832,99	5.037.702,38
Paraíba	931.103,45	1.740.842,93	2.105.216,42	3.565.210,28
Pernambuco	22.682.658,66	25.662.299,35	8.854.843,84	18.414.552,30
Alagoas	3.737.489,39	6.828.398,15	8.353.301,05	10.875.781,33
Sergipe	5.303.696,56	6.776.606,21	7.074.530,48	9.520.169,82
Bahia	14.773.416,36	22.865.979,85	38.914.778,91	52.259.700,51
Nordeste	73.470.883,53	121.000.676,54	124.968.876,81	182.667.597,21

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional (DFCETE) extraídos do IpeaData.

Sabe-se que investimentos em infraestrutura também seriam fontes importantes de redução das desigualdades regionais, mas estes não asseguram de forma isolada o fomento de novos negócios nas regiões mais atrasadas. Sendo assim, há necessidade de múltiplas políticas, com o que a discussão de novas estratégias de políticas de desenvolvimento regional passa a ser um problema essencial (BARROS e CALDAS, 2011), onde a difusão de inovações deve ter um papel destacado, o que passa também por investimentos governamentais na área de C, T & I.

A Tabela 4 mostra que o Nordeste, de modo geral, vem aumentando seus gastos em ciência e tecnologia, o que sugere uma crescente preocupação no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico da região. Dentre os estados que mais se destacaram, observa-se o Ceará e a Bahia, cujo valor gasto em 2002 era, em média, R\$ 15.000.000,00, abaixo do valor gasto por Pernambuco (R\$ 22.682.658,66). No entanto, as taxas de crescimento entre 2002 e 2005 para o Ceará e Bahia foram

⁴ Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (2011), a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, tem o objetivo de transformar este setor em componente estratégico do desenvolvimento econômico e social do Brasil, de modo que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade.

extremamente elevadas (343,03% e 253,74%, respectivamente), passando estes a serem os estados que mais investem nesse setor no ano de 2005. A levar em consideração os dados disponíveis, preocupa o baixo nível de investimento observado nos demais estados, contrastando bastante com o observado nos estados mais desenvolvidos da região (BA, CE E PE).

A Tabela 5 fornece o montante gasto, em Reais, com Educação e Cultura para todos os estados nordestinos, bem como o total da região, para os anos entre 2001 e 2005. Observa-se que no conjunto, o Nordeste aumentou quase 30% o valor gasto neste setor, sendo a maior participação dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, respectivamente. Até o ano de 2003, o Maranhão ultrapassava Pernambuco em termos de gastos com educação e cultura. A partir de 2004, no entanto, as posições foram invertidas.

Tabela 5 - Gasto estadual com Educação e Cultura (R\$)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005
Maranhão	695.415.972,88	853.167.225,14	983.431.801,83	595.866.436,96	694.418.518,91
Piauí	350.154.146,00	430.545.633,26	530.370.374,60	460.855.403,00	567.068.663,27
Ceará	1.123.305.000,0	1.302.224.269,0	1.334.543.828,0	1.395.356.588,0	1.551.974.220,0
Rio Grande do Norte	575.186.199,19	448.789.571,09	462.192.949,89	527.988.751,24	639.535.514,38
Paraíba	604.567.711,76	430.327.903,81	444.894.674,01	493.558.097,31	608.915.166,92
Pernambuco	527.795.341,76	706.389.419,22	657.636.552,72	772.320.250,59	935.092.525,11
Alagoas	320.448.344,28	409.881.402,59	442.869.361,74	465.648.897,96	389.016.385,96
Sergipe	352.963.682,34	321.667.260,02	336.179.952,64	351.948.894,22	434.929.722,07
Bahia	1.626.754.482,0	1.582.280.752,15	1.687.732.029,0	1.812.149.619,4	2.159.732.943,3
Nordeste	6.176.590.880,2	6.485.273.436,28	6.879.851.524,43	6.875.692.938,68	7.980.683.659,93

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional (DFEDUCE) extraídos do IpeaData.

Dentre os nove estados que compõem a região, o Maranhão foi o único que, entre 2001 e 2005, apresentou taxa de crescimento negativa (-0,14%). Pernambuco foi o estado que apresentou maior taxa de crescimento do gasto nesse setor durante o período (77,17%), seguido pelo Piauí e Ceará (61,95% e 38,16%, respectivamente). Também nesse item as diferenças entre os estados é bastante significativa, embora reflitam também as divergências de tamanho de população.

Com relação à questão da habitação e urbanismo, apresentados na Tabela 6, observa-se uma relação inversa aos indicadores já apresentados, ou seja, o gasto neste setor tem diminuído ao longo dos anos, especialmente entre 2002 e 2003. Com relação aos estados, apenas na Bahia mantém-se um patamar de destaque, enquanto os outros estados estão próximos uns aos outros, e abaixo dos

R\$ 50.000.000,00. Apesar do baixo nível populacional, Alagoas apresenta um gasto neste setor, em 2005, superior ao gasto do estado do Ceará.

No que concerne à segurança nacional e à defesa pública, apresentados na Tabela 7, os dados mostram que os gastos aumentaram ao longo dos anos para o Nordeste como um todo. Isto, possivelmente, pode ser um reflexo do aumento da criminalidade nos estados, dentre outros fatores.

Tabela 6 - Gasto estadual com Habitação e Urbanismo (R\$)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005
Maranhão	107.380.606,16	72.518.153,12	57.482.267,93	16.606.546,46	45.103.865,53
Piauí	7.791.171,00	4.823.325,63	1.545.991,06	523.156,00	1.353.111,34
Ceará	124.634.000,00	139.309.405,0	92.669.735,00	77.616.428,00	32.870.298,00
Rio Grande do Norte	9.743.540,76	5.191.893,82	3.196.065,93	19.244.966,69	12.326.948,24
Paraíba	1.602.260,00	769.252,07	500.000,00	15.630.166,34	16.539.522,42
Pernambuco	26.873.352,19	47.659.725,74	20.769.439,57	34.187.134,16	40.078.907,24
Alagoas	16.598.837,90	3.211.021,43	2.474.499,61	6.776.710,66	36.349.757,86
Sergipe	33.605.260,32	53.287.708,37	29.731.617,27	34.511.191,03	19.893.194,93
Bahia	184.323.533,00	183.611.544,45	215.432.715,96	246.167.852,14	217.728.760,21
Nordeste	512.552.561,33	510.382.029,63	423.802.332,33	451.264.151,48	422.244.365,77

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional (DFHABE) extraídos do IpeaData.

As maiores taxas de crescimento entre 2001 e 2005 são, respectivamente, dos estados de Alagoas (108,07%), Bahia (107,66%) e Paraíba (100,85%). Isso se não levarmos em consideração o valor bastante inferior ao padrão de gastos apresentado no setor para o Maranhão em 2001 (R\$ 17.805.641,90). Possivelmente, deve ter ocorrido algum erro no fornecimento deste dado, assim como para o valor gasto neste setor pelo estado do Piauí em 2004 (R\$ 2.292.297,00), cujo valor está bem abaixo da média dos outros anos.

Tabela 7 - Gasto estadual com Segurança Nacional e Defesa Pública (R\$)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005
Maranhão	17.805.641,90	231.574.643,64	288.103.176,32	293.398.405,51	314.976.276,48
Piauí	145.061.781,00	192.764.457,01	211.397.946,12	2.292.297,00	197.700.521,32
Ceará	277.226.000,00	295.451.932,00	304.681.185,00	333.876.506,00	388.845.574,00
Rio Grande do Norte	143.405.213,17	172.384.881,48	197.718.524,33	221.179.624,57	253.401.936,19

Paraíba	139.689.668,25	165.637.514,95	256.919.770,11	258.346.674,08	280.568.950,92
Pernambuco	511.339.743,77	587.171.599,40	555.867.280,41	692.899.467,34	809.180.407,70
Alagoas	156.684.837,77	210.482.117,78	232.300.345,95	267.767.202,66	326.008.111,34
Sergipe	126.894.100,50	154.777.917,13	165.976.617,35	191.124.632,28	209.892.467,21
Bahia	598.462.046,00	760.588.586,03	857.568.442,85	1.019.585.528,78	1.242.761.333,55
Nordeste	2.116.569.032,36	2.770.833.649,42	3.070.533.288,44	3.280.470.338,22	4.023.335.578,71

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional (DFDEFSE) extraídos do IpeaData.

Outro indicador importante de como tem evoluído a questão da infraestrutura local é o gasto com transportes. Essa informação pode ser obtida na Tabela 8. Infelizmente, os dados referentes a este setor não são muito animadores. O Nordeste cresceu apenas 5,32% durante todo o período, com alguns estados apresentando crescimento negativo do gasto com o transporte, como foram os casos do Maranhão (-74,17%), da Paraíba (-46,48%) e de Pernambuco (-41,58%). Os demais estados apresentaram crescimento positivo entre 2001 e 2005, com destaque para o Rio Grande do Norte (222,64%), Piauí (117,25%) e Sergipe (103,67%).

Segundo Diniz e Diniz (2009), existe uma correlação negativa entre o Índice de Pobreza Multidimensional (aquele que considera não apenas a renda como fator de pobreza, mas também aspectos relacionados à saúde, educação, moradia, etc.), o tamanho das economias dos estados medida pelo PIB, o volume dos gastos sociais em educação, habitação, saneamento, transporte, previdência social, as transferências federais (correntes e de capital) e os investimentos realizados nos estados em cada caso.

Desta forma, foram coletados dados referentes a gastos com infraestrutura em alguns setores dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Piauí. Os dados para os demais estados do Nordeste não foram encontrados nos sites da secretaria de finanças e/ou de planejamento dos respectivos estados.

Tabela 8 - Gasto estadual com Transporte (R\$)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005
Maranhão	184.724.969,81	153.888.654,32	83.148.001,21	29.120.052,51	47.720.706,16
Piauí	31.668.505,00	18.775.015,93	37.794.774,03	31.975.193,00	68.799.979,25
Ceará	135.318.000,0	149.040.455,0	134.421.978,0	152.619.159,0	162.151.995,0
Rio Grande do Norte	49.025.018,32	50.413.166,08	32.029.389,64	83.679.715,13	158.175.352,75
Paraíba	107.593.385,68	61.772.876,63	28.875.746,94	53.457.324,44	57.585.646,00
Pernambuco	434.744.660,94	537.515.186,12	321.472.463,02	292.457.473,61	253.967.346,99

Alagoas	-	49.610.529,17	120.514.220,29	118.149.841,09	151.712.962,14
Sergipe	55.504.590,04	73.280.387,15	34.548.389,81	58.766.807,12	113.047.024,35
Bahia	174.955.458,0	210.696.270,56	184.915.276,6	146.761.596,33	222.798.972,05
Nordeste	1.173.534.587,79	1.304.992.540,96	977.720.239,54	966.987.162,23	1.235.959.984,69

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional (DFTRAE) extraídos do IpeaData.

A Tabela 9 apresenta o valor dos gastos orçamentários em infraestrutura dos estados acima citados e a proporção com relação ao seu PIB para o ano de 2008.

Dentre os quatro estados observados, Alagoas é o que apresenta maior parcela do seu PIB destinado a gastos em infraestrutura (2,403%), seguido pelo Piauí (1,648%), Pernambuco (1,162%) e Bahia (0,562%), que investe relativamente menos em infraestrutura com relação aos demais estados. Isso não significa, no entanto, que o volume repassado para este setor seja o menor dentre os estados, o que de fato não deve ser, uma vez que a Bahia é o estado nordestino com maior importância econômica da região. Isto é, apesar de apresentar proporção menor no investimento em infraestrutura, os gastos da Bahia (R\$682.288.805,00) superam os de Alagoas (R\$467.962.000,00) e do Piauí (R\$276.258.705,00), mas a menor proporção sobre o PIB é preocupante.

Quando analisados de forma mais específica, podemos perceber pequenas variações do destino destes gastos entre os estados. Por exemplo, em Alagoas 1,763% do PIB estadual vai para saneamento básico, enquanto 0,438% do PIB vai para habitação. Esses são os segmentos em que se investem mais nesse estado, dentre os aqueles selecionados para análise. Já na Bahia, os segmentos que mais se investem são urbanismo (0,146%) e saneamento básico (0,131%), respectivamente. Pernambuco investe 0,469% no segmento de transporte e 0,422% em saneamento. Assim como Pernambuco, o Piauí investe mais assiduamente nos segmentos de transporte (0,925%) e saneamento básico (0,341%). Dentre os dados aqui apresentados, observa-se que os quatro estados investem maior parcela de gastos em infraestrutura com o saneamento básico.

As duas últimas colunas da Tabela 9 mostram os gastos em infraestrutura para o estado de São Paulo, considerado o estado economicamente mais importante do país. Apesar de o gasto total com infraestrutura no estado de São Paulo ser quase 17 vezes o valor gasto no estado da Bahia, o percentual deste gasto com relação ao PIB do estado é de apenas 1,205%, ou seja, similar ao percentual gasto no estado de Pernambuco. Ou seja, o padrão de gastos em infraestrutura no país como um todo deixa muito a desejar.

Visto isso, deve-se ter em conta que os gastos em infraestrutura dos governos estaduais, embora expressivos, defrontam-se com as limitações fiscais de cada um deles e indicam valores que precisariam ser mais robustos para que as maiores deficiências infraestruturais venham a ser

reduzidas de forma mais significativa. Embora não seja parte do escopo desse trabalho analisar incentivos fiscais e subsídios incluídos na chamada guerra fiscal, vale ter em mente que essas renúncias fiscais certamente contribuem para uma menor capacidade de investimento em infraestrutura por parte dos estados nordestinos. Além disso, em vários casos, gastos com infraestrutura de governos e municípios, por exemplo, em distritos industriais (terraplenagens, acessos etc), são atrelados a determinados projetos de investimento atraídos no âmbito dessas políticas, o que reduz sua geração de externalidades.

4.2. Gastos Federais

Tendo em vista as limitações dos governos estaduais comentadas acima, necessário se faz que o Governo Federal complemente os gastos em infraestrutura, até porque um dos itens considerados mais importantes é a expansão da rede de transportes para facilitar as ligações inter-regionais. Assim, vale aqui tentar examinar os impactos de alguns programas federais em andamento do ponto de vista de suas repercussões sobre a infraestrutura dos estados da região. Para isso serão utilizadas avaliações encontradas na literatura que trata do tema, particularmente o trabalho recentemente publicado de Apolinário e Silva (2011).

O trabalho citado tem por objetivo avaliar os impactos sobre os estados nordestinos dos chamados Grandes Projetos Federais, envolvendo o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Programa de Transferência Continuada - PTC onde inclui-se o Bolsa Família e a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. De uma maneira geral, observa-se que os programas acima referidos apresentam impactos positivos e significativos como proporção dos referidos desembolsos com relação aos PIBs estaduais, embora com concentração nos estados com maior expressão econômica como Bahia, Pernambuco e Ceará.

Tabela 9 - Valor dos gastos orçamentários em infraestrutura e a proporção com relação ao seu PIB - Estados selecionados – 2008 (R\$)

Despesas Orçamentárias	Alagoas	Infra AL / PIB AL	Bahia	Infra BA / PIB BA	Pernambuco	Infra PE / PIB PE	Piauí	Infra PI / PIB PI	São Paulo	Infra SP / PIB SP
Urbanismo	649.000	0,003%	177.550.923	0,146%	88.127.716,73	0,125%	47.565.819	0,284%	Não informado	-
Habitação	85.399.000	0,438%	80.509.046	0,066%	29.939.100,25	0,043%	4.254.075	0,025%	709.446.563,75	0,071%
Saneamento										
Básico	343.402.000	1,763%	159.520.351	0,131%	297.551.066,78	0,422%	57.103.314	0,341%	383.697.393,85	0,038%
Gestão										
Ambiental	9.284.000	0,048%	6.558.094	0,005%	30.289.090,08	0,043%	10.335.073	0,062%	706.174.230,21	0,070%
Comunicações	15.284.000	0,078%	3.382.860	0,003%	1.445.024,63	0,002%	308.913	0,002%	7.553.778,65	0,001%
Energia	175.000	0,001%	90.373.811	0,074%	246.594,24	0,000%	482.884	0,003%	9.875.884.549,25	0,985%
Ciência e										
Tecnologia	2.799.000	0,014%	24.827.731	0,020%	40.222.744,88	0,057%	1.203.141	0,007%	283.003.157,63	0,028%
Transporte	10.970.000	0,056%	139.565.989	0,115%	330.359.957,53	0,469%	155.005.486	0,925%	119.438.603,15	0,012%
Infraestrutura										
Total	467.962.000	2,403%	682.288.805	0,562%	818.181.295,12	1,162%	276.258.705	1,648%	12.085.198.276,49	1,205%

Fonte: Elaboração dos autores. Dados das Secretarias da Fazenda (SEFAZ) de cada uma dos estados considerados. 2008.

Em Alagoas foram observados entre 2008 e 2009 aportes federais da ordem de R\$ 4,41 bilhões, bastante significativo em termos do PIB estadual (24,8%), mas com a participação de 71% do PTC e suas transferências diretas de renda. Na infraestrutura logística notam-se a implantação de obras rodoviárias, portuárias e ferroviárias, destacando-se a duplicação da rodovia BR 101. Na área energética estão previstos investimentos em usinas termelétricas, gasodutos e linhas de transmissão, principalmente. Ainda a destacar investimentos importantes em infraestrutura social no fornecimento de água, saneamento e habitação (254 projetos em 102 municípios), com foco na distribuição de água. Embora relevantes os investimentos em andamento, registram-se fortes carências a serem enfrentadas nos segmentos de educação e saúde.

No Estado da Bahia, marcado pela concentração espacial e setorial, nota-se baixo dinamismo em grande parte dos municípios, no semiárido principalmente, destacando-se as deficiências tanto da infraestrutura logística quanto do sistema de inovação, além da baixa integração do sistema produtivo. A infraestrutura logística vem sendo melhorada pelos programas federais, particularmente pelo sistema de trem urbano de Salvador, da ferrovia de integração Leste-Oeste, enquanto no setor energia destaca-se o gasoduto Gasene e na infraestrutura social e urbana as obras de recuperação da bacia do rio São Francisco. Embora se considere relevantes e positivos os impactos dos projetos em andamento, o estudo os avalia como insuficientes para alterar a matriz de transporte do estado e para enfrentar os desafios das carências sociais observadas no semiárido.

No caso do Ceará, os projetos do governo federal colocam-se como importantes para reduzir as carências do estado, especialmente com relação à infraestrutura, destacando, no entanto, a necessidade de ser melhorada a qualidade dos gastos realizados e o seu foco. Como um dos estados mais contemplados pelas atenções do governo federal, o Ceará apresentava 840 projetos em andamento, sendo 799 no eixo infraestrutura social e urbana (habitação e saneamento básico) e 41 em logística e energia, havendo, como é comum, concentração na região próxima a Fortaleza e estando apenas 10% dos projetos concluídos. Os projetos mais destacados são a ferrovia Transnordestina, a transposição do São Francisco, o Eixão das águas, o arco rodoviário metropolitano para o porto e complexo industrial de Pecém, além de parques eólicos e o projeto de regaseificação de GNL, mas com cronogramas, em geral, atrasados. Na infraestrutura social e urbana há vários projetos voltados para garantir a segurança hídrica, saneamento básico e habitação.

No Maranhão observa-se um montante significativo de recursos atrelados ao PAC (cerca de R\$ 500 milhões) com destaque para o setor energético e para a construção de hidrelétricas que têm, no entanto, maior impacto em termos nacionais que estaduais. Aqui são notadas carências em termos das especificidades locais não contempladas, não tendo os investimentos em infraestrutura os efeitos multiplicadores locais esperados. Os cuidados com uma maior presença do sistema de inovações são particularmente referidos como carências a serem supridas.

Para a Paraíba o estudo identifica investimentos relevantes em rodovias (duplicação da BR 101, em destaque), portos e do aeroporto de João Pessoa e em energia eólica, termelétrica e subestações de energia elétrica. Avalia-se que as obras do porto e do aeroporto são insuficientes para suprir as necessidades do estado, sendo também os investimentos em energia pouco voltados para necessidades locais. Reclama-se também da dinamização do sistema local de inovações.

Em Pernambuco, um dos estados mais bem aquinhoados com os projetos e programas federais, particularmente do PAC, nota-se um traço característico a ser corrigido que é a concentração dos investimentos na Região Metropolitana do Recife, destaque para os grandes projetos estruturadores em implantação no complexo industrial portuário de Suape. Embora importantes e potencialmente multiplicadores de atividades, inclusive para fora do estado, esses projetos carecem ainda de uma maior interligação com o resto da economia estadual, exigindo ainda a aceleração da infraestrutura de transportes. Reclama-se também a implantação efetiva dos programas propostos no estudo de impacto ambiental da transposição do rio São Francisco.

No Piauí os investimentos previstos são relativamente elevados, cerca de R\$ 11,8 bilhões, com concentração no eixo de infraestrutura social e urbana. Aqui, consideram-se como positivos os impactos dos projetos federais em implantação, com destaque para a infraestrutura econômica e social, para a diversificação da base econômica estadual e para a inclusão social e combate à pobreza. As carências observadas localizam-se na necessidade de planejamento estratégico de investimentos que conduzam à maior integração da economia estadual com o resto do Nordeste e do país. Note-se que nesse caso há uma ação positiva em curso, ou seja, os investimentos em infraestrutura no Piauí, estado entre os mais carentes de desenvolvimento na região, são avaliados como relevantes e impactantes na base econômica.

Para o Rio Grande do Norte há uma dotação de investimentos do PAC cuja participação no total nacional é de 1,7% (9,37% do total para o Nordeste) num valor de R\$ 9,47 bilhões partilhados entre infraestrutura logística (11,05%), energética (54,79%) e social e urbana (34,16%). Entre os projetos mais destacados encontram-se a duplicação da BR 101, a pista do aeroporto de São Gonçalo de Amarante, dragagem do acesso ao porto de Natal, usinas termelétricas, refinaria e parques eólicos. No capítulo infraestrutura social e urbana estão previstas obras de habitação, saneamento básico e recursos hídricos. Como ocorre em outros estados, aqui também é expressiva a destinação de recursos do PTC através do Programa Bolsa Família e outros. De uma maneira geral, avalia-se que os impactos dos investimentos e transferências do governo federal são importantes e positivos, sendo necessário complementá-los com políticas de desenvolvimento estadual/regional mais abrangentes, de forma a tornar os setores atingidos mais dinâmicos e mais competitivos e de ampliar os benefícios para setores e áreas não envolvidos.

No caso de Sergipe, o estudo aponta o PAC como o principal item dos gastos federais previstos e em implantação. Infraestrutura logística (duplicação e modernização da BR 101) e energética (gasodutos, produção de petróleo e gás, termelétricas) estão contemplados de forma importante. A infraestrutura social e urbana prevista envolve esgotamento sanitário de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro e sistemas de abastecimento de água em vários municípios. Embora seja reconhecido que os programas em andamento são importantes para ajudar a resolver gargalos presentes na economia estadual, o estudo entende que ainda é cedo para uma avaliação mais acurada dos impactos dos investimentos previstos por parte do governo federal.

Pelo exposto acima, os gastos em infraestrutura econômica e social têm sido olhados pelos governos estaduais e federal como instrumentos de melhoria das condições de vida e da competitividade dos estados nordestinos, estando em progresso vários investimentos nessa linha que poderão ajudar a superar as carências regionais/estaduais, mas há ainda muito a avançar em termos de se vir a ter uma infraestrutura mais completa que permita uma maior integração com o sistemas produtivos estaduais entre si, bem como inter e intra-regionalmente. Ademais, há várias referências a carências observadas nos sistemas estaduais de inovação, além da necessidade de que os programas de transferência de renda, na maioria dos casos os que mais carregam recursos para a região, passem a contemplar a integração com a esfera produtiva para que seus assistidos possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida. Ou seja, embora avanços estejam sendo observados há ainda muito a ser feito em termos de infraestrutura econômica e social para que o Nordeste possa ter melhores condições de superar suas atuais limitações e reduzir as assimetrias de renda per capita em relação às demais regiões.

5. Desigualdade de Renda

A distribuição menos desigual do rendimentos é um importante indicador de desenvolvimento regional e também um elemento a favor do surgimento de novas atividades produtivas através de seus impactos sobre o consumo e o investimento. O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, conforme mencionado na seção metodológica deste trabalho. Assim, cabe investigar se o Nordeste tem apresentado uma evolução favorável nesse indicador, estratégico para o desenvolvimento. A Tabela 13 mostra como tem evoluído o índice de Gini na última década para cada um dos estados nordestinos. Entre 2001 e 2009, em meio a uma melhora geral nos índices estaduais, Sergipe foi o único estado que aumentou a desigualdade de acordo com o Gini, passando de 0,57 em 2001 para 0,58 em 2009, embora tenha registrado uma redução para 0,54 em 2007 e 2008. Com relação aos

demais estados, Ceará e Pernambuco, obtiveram a maior queda na concentração de renda (11,13% e 10,14%, respectivamente).

Para se ter uma idéia de como se dá a diferença entre a desigualdade de renda no Nordeste e demais regiões, a Tabela 14 mostra o índice de Gini para as cinco macrorregiões brasileiras, bem como para o Brasil e para o estado de São Paulo, que é o estado economicamente mais desenvolvido do país.

Tabela 10 - Índice de Gini para o Brasil, macrorregiões e São Paulo - 2001 a 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Região Centro-oeste	0,598	0,595	0,581	0,573	0,577	0,563	0,574	0,568	0,560
Região Norte	0,565	0,564	0,542	0,539	0,529	0,521	0,533	0,509	0,523
Região Nordeste	0,600	0,595	0,585	0,583	0,571	0,573	0,566	0,558	0,558
Região Sul	0,548	0,529	0,531	0,522	0,515	0,506	0,505	0,495	0,491
Região Sudeste	0,568	0,563	0,557	0,542	0,543	0,538	0,524	0,518	0,511
São Paulo	0,553	0,555	0,546	0,528	0,532	0,525	0,507	0,502	0,489
Brasil	0,596	0,589	0,583	0,572	0,569	0,563	0,556	0,548	0,543

Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Ipeadata.

Até o ano de 2004, a região Nordeste ocupava o posto de região com maior desigualdade. A partir de então, com a intensificação dos programas de transferências de renda implementados naquele ano, como o Programa Bolsa Família, por exemplo, e o crescimento do emprego, a desigualdade no Nordeste tem diminuído proporcionalmente mais do que nas demais regiões, aspecto positivo para o desenvolvimento regional, portanto, passando a região Centro-Oeste a ser aquela com pior desigualdade a partir de então.

Fazendo um comparativo com São Paulo, a região Nordeste estava 0,069 pontos acima deste estado no ano de 2009. Em todos os anos analisados, o Nordeste teve este índice de desigualdade superior ao apresentado por São Paulo e pelo Brasil como um todo. Assim, observa-se que há melhoras em curso, mas que a distribuição de renda no Nordeste tem ainda que ser melhor distribuída para que se aproxime pelo menos do grau de concentração observado em São Paulo, o melhor do país, mas mesmo assim ainda aquém do desejável ou do observado em outros países com níveis semelhantes de PIB per capita.

Tabela 11 - Desigualdade de renda para os estados nordestinos - Índice de Gini

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	0,61	0,61	0,61	0,57	0,57	0,63	0,61	0,58	0,57
Bahia	0,59	0,59	0,59	0,56	0,55	0,56	0,56	0,56	0,56
Ceará	0,61	0,59	0,57	0,58	0,58	0,55	0,55	0,54	0,54
Maranhão	0,57	0,57	0,58	0,61	0,52	0,59	0,56	0,52	0,54
Paraíba	0,60	0,60	0,57	0,59	0,58	0,56	0,60	0,59	0,59
Pernambuco	0,62	0,61	0,59	0,61	0,59	0,58	0,56	0,57	0,55
Piauí	0,60	0,62	0,60	0,59	0,59	0,60	0,59	0,57	0,55
Rio Grande do Norte	0,58	0,58	0,56	0,57	0,60	0,56	0,56	0,55	0,56
Sergipe	0,57	0,56	0,58	0,56	0,55	0,56	0,54	0,54	0,58

Fonte: Elaboração Própria. Dados do Ipeadata. 2001-2009.

Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

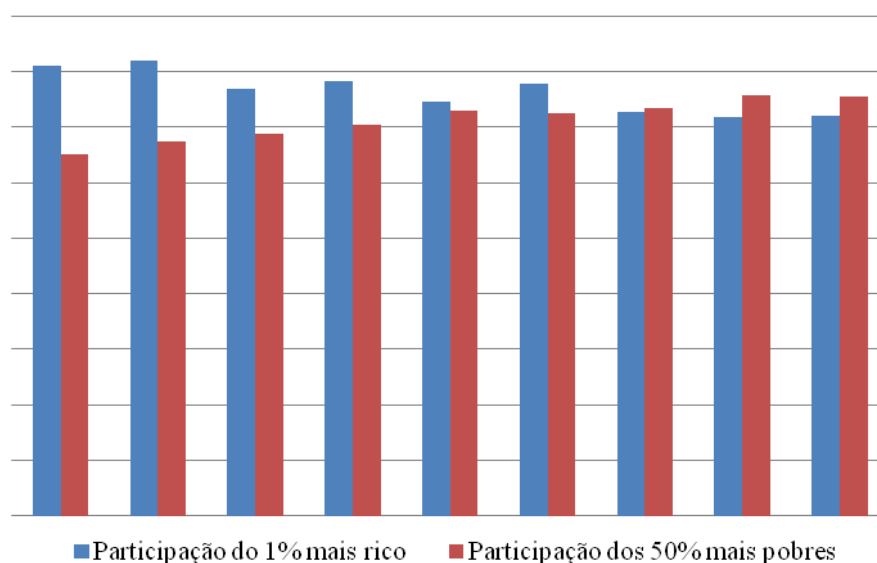


Figura 2 - Proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico e os 50% mais pobres da distribuição de renda - Região Nordeste

A Figura 7 mostra a proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico e os 50% mais pobres da distribuição de renda no Nordeste como um todo entre os anos de 2001 a 2009. De modo geral, observa-se que esses dois subgrupos da população nordestina possuem um volume de renda bastante semelhante, o que indica o elevado grau de desigualdade na região.

Tabela 16 - Proporção da renda pertencente ao grupo dos 50% mais pobres - Nordeste

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	13,11	13,39	13,31	14,51	14,77	12,46	13,09	13,84	14,29
Bahia	13,28	13,53	13,57	15,34	15,39	15,20	15,09	15,02	15,10
Ceará	12,63	13,72	14,57	14,55	14,17	15,44	15,41	16,20	15,86
Maranhão	14,30	15,11	14,29	12,73	16,84	13,50	14,67	16,99	15,93
Paraíba	13,48	13,64	14,50	13,65	14,40	15,34	13,75	14,19	14,01
Pernambuco	12,16	12,80	13,39	13,10	13,87	14,15	15,01	14,75	15,31
Piauí	12,78	12,28	12,52	14,02	13,49	13,15	13,30	14,31	15,22
Rio Grande do Norte	13,67	13,84	14,86	14,55	13,57	15,08	14,57	15,34	15,25
Sergipe	13,89	14,74	13,73	14,56	15,00	15,08	15,46	15,72	14,01

Fonte: Elaboração Própria. Dados do Ipeadata. 2001-2008

Nota: Proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao grupo dos 50% mais pobres da distribuição

No entanto, apesar dessas diferenças, percebe-se que, ao longo dos anos, essa relação foi invertida: até 2006, o centésimo mais rico possuía um volume total de renda superior ao dos 50% mais pobres; a partir de 2007, no entanto, a parcela mais pobre superou o volume de renda arrecadado pelo centésimo mais rico. Isso merece registro como fato positivo, no entanto, não diminui de forma alguma a necessidade de reforço de políticas que levem à redução das desigualdades de rendimentos, que ainda é bastante elevada em todos os estados da região.

Para se ter uma ideia mais aprofundada do quadro de cada um dos estados, as tabelas 16 e 17 mostram os percentuais da renda dos 50% mais pobres e do 1% mais rico, respectivamente, para os anos de 2001 a 2009.

Os estados variam pouco entre si, sendo o Maranhão aquele com o maior percentual de pobres (15,93%) em 2009, enquanto Sergipe foi o que apresentou melhor resultado (14,01%). Com relação ao centésimo mais rico (Tabela 17), a variação, no ano de 2009, é maior do que a observada entre os 50% mais pobres, sendo a Paraíba o estado com maior proporção da renda pertencente ao grupo do centésimo mais rico (18,99%), enquanto o estado de Alagoas encontra-se na ponta oposta, com 12,82%.

Tabela 17- Proporção da renda pertencente ao grupo do centésimo mais rico - Nordeste

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	17,75	19,15	17,58	15,02	13,61	21,30	18,78	15,97	12,82
Bahia	15,96	16,83	16,37	13,92	13,58	14,38	14,27	14,29	13,89
Ceará	18,07	14,81	13,94	15,17	15,17	12,44	12,93	13,58	13,15
Maranhão	15,14	17,55	16,35	19,60	13,27	19,20	13,16	12,38	14,25
Paraíba	16,51	18,41	14,27	16,74	16,47	14,56	17,03	16,37	18,99
Pernambuco	16,13	15,84	15,16	16,94	15,63	16,55	14,53	15,15	14,83
Piauí	15,78	19,28	15,83	17,14	16,14	18,01	16,64	14,62	13,84
Rio Grande do Norte	14,04	12,27	13,17	13,38	16,35	13,35	11,46	13,56	13,54
Sergipe	10,54	11,38	12,58	11,16	11,67	12,94	11,47	11,69	14,43

Fonte: Elaboração Própria. Dados do Ipeadata. 2001-2008

Nota: Proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico da distribuição segundo a renda domiciliar per capita. Série calculada a partir das respostas à Pnad/IBGE.

6. Considerações Finais

No presente trabalho foi feito um esforço de recuperar a evolução econômico-social do Nordeste nas últimas décadas, com ênfase para os aspectos ligados à infraestrutura e à distribuição de renda. Tendo em vista o processo histórico do (sub)desenvolvimento do Nordeste, sabe-se das carências e das dificuldades para que essa economia assegure condições satisfatórias de emprego e renda para a grande maioria de sua população. Bastante conhecidas são as heterogeneidades da economia nordestina, as carências mais significativas experimentadas pela preponderante porção semiárida, a concentração de atividades mais dinâmicas em alguns espaços, com destaque para as capitais litorâneas, as deficiências em termos de renda per capita comparativamente à média nacional etc.

Nos anos mais recentes, em meio ao movimento de integração maior da economia brasileira à economia mundializada, observou-se no Nordeste, depois de um começo pouco alentador, uma retomada em níveis mais elevados do crescimento do PIB e uma melhora na distribuição da renda. Como é comentado, tais fatos devem-se em parte aos fatores endógenos favoráveis da economia regional, juntamente com políticas estaduais de incentivos fiscais, mas também em parte à orientação de políticas de cunho redistributivo empreendidas pelo governo federal. Sendo o Nordeste a região mais “aquinhoadá” com indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza, naturalmente os programas nacionais de redistribuição de renda atingem mais fortemente tais indivíduos, o que termina contribuindo positivamente, junto com os demais fatores acima mencionados, para crescimento do consumo, do investimento e das taxas de crescimento do PIB.

Paralelamente, observa-se nos movimentos da política econômica nacional e nas estaduais um esforço de investimento em infraestrutura econômica e social, embora ainda insuficiente em vista das maiores carências regionais, que aos poucos tornam os espaços econômicos nordestinos mais favoráveis ao desenvolvimento e ampliação de atividades econômicas.

Esse contexto mais favorável deve ser levado em consideração como apontando para possíveis soluções a médio prazo, pelo menos, para os problemas maiores do Nordeste e de sua população menos favorecida. Persistem, no entanto, carências importantes a serem corrigidas pela política econômica nacional e dos estados, mas também por parte dos demais atores relevantes, ou seja, pelo chamado setor privado numa concepção ampla que envolva trabalhadores e capitalistas.

Um dos desafios postos à continuidade do crescimento no Nordeste diz respeito à possibilidade de ampliação, ou mesmo da continuidade nas bases atuais, das políticas federais redistributivas que têm favorecido o crescimento mais alentado que foi visto nos últimos anos. Outro fator favorável ao crescimento tem sido a política de aumento do salário mínimo real, cujo espaço para crescer vai se tornando menor ao longo do tempo e poderá assim amortecer os impactos futuros. Na prática a economia do Nordeste é muito dependente de transferências líquidas do

governo federal e de políticas mais específicas, inclusive as estaduais, que oferecem incentivos fiscais para atrair novos projetos de investimento e assim fica na dependência, no mínimo parcial, da manutenção dessas políticas para continuar a crescer à frente das demais regiões.

Nesse sentido, tendo também em conta as indicações das teorias de desenvolvimento regional, para que a dependência das transferências e incentivos seja aos poucos reduzida, faz-se necessário mais planejamento e articulação das políticas nacionais e estaduais. Além disso, deve-se dar maior ênfase na ampliação e efetivo funcionamento dos sistemas estaduais de inovação, ampliar esforços na melhoria e expansão da infraestrutura econômica e social, inclusive com maiores investimentos no sistema educacional e maior coordenação de esforços públicos e privados no sentido de potencializar o aproveitamento de vantagens regionais.

Referências Bibliográficas

- Apolinário, V. e Silva, M. L. da, (Orgs.) 2011, Impactos dos Grandes Projetos Federais sobre os Estados do Nordeste, Natal: Editora da UFRN.
- Barros, A. R. C, Caldas, R. M. 2011. “Promoção do setor financeiro como estratégia de desenvolvimento regional: o caso do Nordeste brasileiro.” *Revista Desenharia*. nº 15. p. 109-127
- Carvalho, C. P. O. 2008, Nordeste: Sinais de um Novo Padrão de Crescimento (2000/2008), em *Economia Política do Desenvolvimento*, vol. 1, N. 2, mar/ago, Maceió: UFAL.
- Déda, M. 2011. “O Globo (RJ): O que quer o Nordeste” Acesso em 20/03/2011. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7380:-globo-rj-o-que-quer-o-nordeste&catid=159:clipping&Itemid=75
- Diniz, M. B., Diniz, M. M. 2009. “Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.” *Economia Aplicada*, v.13, n.3. pp. 399-423.
- Domingues, E. P., Viana, F. D. F., Oliveira, H. C. 2007. “Investimentos em Infraestrutura no Nordeste: projeções de Impacto e Perspectivas de Desenvolvimento.” *Texto para Discussão. Nº 319*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
- Fontenele, A.M., Melo, M.C.P. 2009 “Comércio Exterior do Nordeste (1990-2008) e Dilemas de Política Pública em um Economia Pobre com Pauta Concentrada” *Anais do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional do Nordeste*, Recife. <http://www.centrocelsofurtado.org.br/> 2009/ [anais/ArtigoCompleto_MariaCristinaMelo_Mesa3.pdf](#).
- Lima, J. P. R. 2005. “Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste.” *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, nº 1.

- Lins, A. do E., Lima, J. P. R. e Gatto, M. F., 2011, Uma Aplicação da Teoria da Base Exportadora ao Caso Nordestino, artigo submetido para publicação, no prelo.
- Soares, S. S. D. 2008. “O Ritmo de Queda na Desigualdade no Brasil é Adequado? Evidências do Contexto Histórico e Internacional”. Brasília: IPEA (Texto para Discussão).